

**ORGANIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO BRASIL:  
IMPASSES E DESAFIOS EM SÃO PAULO, NO PARANÁ E NO RIO GRANDE  
DO NORTE (1890–1930)**

**Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira**

**Orientador: Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho**

**Universidade Federal de Uberlândia – UFU**

**Resumo de tese de Doutorado**

**Defesa: 2013**

**RESUMO**

Esta tese teve por finalidade discutir a organização da escola primária no período republicano com base em mensagens de presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte, bem como em suas respectivas legislações, no período 1890–1930. Para isso, o mapeamento da constituição do ensino primário em cada estado configurou-se como primordial aos propósitos da pesquisa, pois possibilitou ampliar as análises em torno do ideário educacional, e à compreensão dos pilares que sustentavam o discurso republicano ao se incorporar neste a necessidade de estabelecer o ensino primário no país. Em termos teórico-metodológicos, o estudo se ancora na história comparada da educação, que possibilita explicar (pelo menos em parte) as diferenças e convergências de ambientes sociais distintos que deixam entrever semelhanças e diferenças entre os espaços comparados. Por outro lado, convém frisar que a comparação implica buscar tanto as similitudes e permanências quanto as rupturas. As fontes da pesquisa incluíram legislações, relatório e mensagens dos presidentes de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte. Com base no referencial teórico e nos dados documentais, foi possível afirmar esta hipótese: houve dissonância entre os princípios externalizados nas mensagens dos presidentes dos três estados em relação à realidade concreta da organização da escola primária; ou seja, não se efetivaram ações capazes de materializar esse horizonte republicano de educação pública. Portanto, a pesquisa revelou como problema central nos três estados a implantação da escola primária e sua institucionalização; isto é, sua materialização, pois na maioria das vezes as escolas eram criadas, mas não ganharam concretude física. Isso evidenciou que os elementos educacionais do período imperial também continuaram prevalentes ao longo da República velha. Exemplo disso são as modalidades das escolas isoladas, escola singular, escola distrital, escola rural, escola urbana, escola modelo, escola unitária, escola das primeiras letras, escolas rudimentares. Por outro lado, essas “modalidades” de escolas passaram a conviver, ainda que de forma incipiente, com a forma mais racionalizada da educação primária: os grupos escolares, que colocaram em relevo o movimento de constituição de outra modalidade de escola no período estudado; ao mesmo tempo, apontaram projeto civilizador republicano via educação tendo nos grupos escolares um importante espaço à compreensão da estratégia de intervenção estatal para civilizar as classes populares, como expressam os relatórios dos presidentes de estados. No entanto, as demais modalidades de escolas acabam por se constituírem em verdadeiras antíteses à tão almejada modernidade educacional, pois revelam e demarcam muito mais a contradição entre o arcaico e o moderno, o campo e a cidade, os grupos escolares e as escolas isoladas e — o principal — a constatação da permanência dessas dimensões nos três estados estudados, mesmo em São Paulo, unidade mais desenvolvida da federação brasileira.